

**Saudação ao Dr. Antônio Cláudio Ferreira Lima
por ocasião de sua posse no Instituto do Ceará
(Histórico, Geográfico e Antropológico), em
Fortaleza, 27 de novembro de 2015, pelo sócio Paulo
Elpídio de Menezes Neto**

Fala-se, segundo tradição perdida no tempo, de advertência sutil inscrita no frontão do “Jardim de Academo”, em Atenas: “Que ninguém, exceto os geômetras entre aqui” (1).

Bem mais se praticou ali, além das artes da geometria, e não foram poucos os homens de pensamento que se reuniram naquele lugar, além dos geômetras, movidos pela cumplicidade de interesses comuns sobre questões que buscavam conhecer e explicar. O exercício instigante da dialética levava-os a compartilhar dúvidas e interrogações entre si e a transmiti-las a outros, no cumprimento da disciplina intelectual que os associava pelos caminhos harmoniosos do consenso, mas, também, pelos desvios críticos dos contrários.

A história da elaboração intelectual em meio a afazeres práticos impulsionou-os a dividir entre si as indagações sobre o que lhes era desconhecido e, conforme o entendimento que se articulava em torno da ampliação de suas dúvidas e hesitações, a aproximá-los nas reduções dialéticas de convergências e dissensões. É da índole do “*homo intellectualis*”, essa capacidade a que aludia Piaget, e que lhe é contingente, de construir hipóteses e realizar deduções, em um processo contínuo de associação para o conhecimento. Com o transcorrer do tempo, a consolidação de acervos de saberes, longamente reunidos e expostos ao contraponto da lógica dos homens, ganhou relevo e viria tornar-se atributo respeitado, quando não perseguido pela humana insensatez que se fez civilizada.

Raízes francesas de nossas “Academias”

No bojo de carregada herança, luminosa e trágica, redentora e destrutiva, fizemo-nos Ocidente, na perspectiva de uma pretensiosa construção geopolítica e cultural. E por essas vastas terras em transe, invadidas por conquistas e perdas, sangrentas e heróicas, pelas forças da fé e das armas assinaladas, criaram-se do medievo longínquo ao despontar do Renascimento, e nos séculos que se seguiram no vasto cruzamento de impérios e missões confessionais, sítios de recolhimento e saberes compartilhados, onde se unia a disciplina do estudo às distinções sociais da riqueza, do poder e da Igreja.

A França deu-lhes projeção ao sabor de íntima ligação que aproximou os veios do poder, os nichos poderosos da fé e a vontade do Príncipe. Datam dos séculos XVII e XVIII, ao tempo de Luiz XIII e Luiz XIV, Richelieu, Mazarin e Colbert, as “academias reais”, de Ciências, Música, Arquitetura, Pintura e Escultura e Belas Letras, em Paris. Esses sodalícios ilustres foram abolidos pela Convenção Nacional, em 8 de agosto de 1793, ao sopro dos ventos da Revolução, condenados, segundo o abade Gregório em seu famoso Relatório (2), por estarem “gangrenados por uma aristocracia incurável”. Ao suprimir as “académies royales”, o Comitê de Instrução Pública da Convenção decidiu organizar, tão cedo quanto possível, uma sociedade destinada ao avanço das ciências e das artes.

O *Institut de France* deveria cumprir essa destinação, com ampla abrangência sobre o conjunto das Artes, das Ciências Matemáticas e Físicas, da Literatura, História, Geografia, Economia e Política, dentre outros campos do conhecimento. Foram-lhe conferidas as tarefas de “recolher as descobertas, aperfeiçoar as artes e as ciências”, ministério ampliado, ao ritmo da conquista de novos conhecimentos e da sistematização do acervo de saberes acumulados nos diversos planos das Ciências físicas, naturais e humanas. Nem só de homens de ciência e escritores fez-se, entretanto, o *Institut de France*. Juntaram-se aos sábios, sob a imponente Cúpula, homens da política, estadistas, governantes e chefes militares. E não foram poucos, nem dotados de menores merecimentos: Talleyrand, Siéyès, Cambacérès... Napoleão Bonaparte, eleito em 1797, na seção de “ciências: artes mecânicas”, em substituição ao físico Sadi Carnot, declarou-se honrado com a distinção e considerou-se aluno dos que o acolheram e não seu igual. E tamanho foi o seu orgulho de ver-se entre sábios e notáveis que, nas ordens e éditos imperiais, desde a Campanha

memorável do Egito, passou a assinar o seu nome, seguido da condição de “*membre de l’Institut*”...

Por que me atrevi buscar tão longe referências e anotações que a nenhuma pessoa bem cultivada haveria de escapar? Intentei essa façanha, aceitando o risco de me expor ao crivo severo de meus pares, no intuito de trazer até aqui, fatos e circunstâncias guardados pela História, muitos deles esquecidos, que explicassem estarmos agora alinhados, no recolhimento deste momento, em torno de uma respeitável tradição do Ceará – dominados pelo desafio, que a muitos sensibilizará, de compreender o significado desta obra coletiva e sobre o quê fazer de melhor de seu valioso legado.

Tecemos estas considerações justamente no momento quando nos preparamos para receber novo colaborador, eleito graças a qualificações e competências intelectuais que o recomendam no seu ministério e justificam o seu ingresso neste lugar. É justo esperar e confiar com energia que, a cada novo sócio vindo ao nosso encontro, abram-se novas possibilidades, e encorajadoras, para a renovação de ideais e propósitos, por vezes adormecidos em nossas frágeis incertezas. E que possamos reviver, a cada vez e sempre, o clima caloroso que nos cercou quando aportamos nesta Casa, e abraçou os que nos trouxeram até aqui, cúmplices de intenções sinceras.

O Instituto do Ceará e as suas circunstâncias

O Instituto do Ceará, fundado em 1887, traz de suas origens ideias e modelos europeus dos séculos XVII e XVIII. A exemplo de outras instituições brasileiras, tais o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e a Academia Cearense de Letras (1894), anterior à fundação da Academia Brasileira de Letras (1897), o Instituto do Ceará foi buscar na França, pela diligência de seus fundadores, a concepção que lhe dá forma e conteúdo, sob a influência de circunstâncias históricas e culturais nas quais foram moldados os seus propósitos, segundo características brasileiras e regionais próprias. O Instituto é desdobramento e projeção de numerosos movimentos culturais do Ceará, desde suas origens mais remotas, dos “Outeiros” poéticos, ao tempo do governador Manoel Ignacio Sampaio (1815), à Academia Francesa do Ceará (1872), e às iniciativas que a sucederam, como ocorreria com a fundação, cinco anos depois, da Padaria Espiritual (1892).

Lembra João Alfredo Montenegro (3) que o Instituto do Ceará “perfilhou o modelo historiográfico do IHGB, presente no plano de Mar-

tius”. Contribuíram para a fixação da sua identidade cultural as influências intelectuais que nos chegavam da Europa, na literatura, nas ciências e nas ideias do liberalismo, das artes astutas dos “bourgeois conquérants”, estudados por Charles Morazé (4). Por esse tempo, na França, as exigências das cidades eram mais severas do que as defrontadas aqui. Para Morazé, elas “põem os sábios a trabalhar e lhes impõem tarefas, não mais o dilettantismo do espírito das velhas filosofias...”.

No Brasil e, de forma acentuada, na Província do Ceará, por esses anos da terceira década de 1800, a atividade intelectual era, na verdade, um viés acessório, próprio aos filhos de famílias arranjadas financeiramente, já que falar em ricos, entre tantos pobres, seria cunhar imagem falsa, e inadequada a uma sociedade limitada por recursos naturais ralos e atividades que não iam além do comércio, da mercancia dos pequenos negócios e das veias dilatadas de uma subordinação ancestral à proteção do Estado.

Fortaleza nos anos 1800: a cidade e o progresso

Por esse tempo, Fortaleza era uma cidade de bons modos, recatada em seus arruados gentis, ao sopro da brisa e dos verdes mares bravios, na bela imagem de Alencar. Habitava esse doce lugar população de aproximadamente 8 mil habitantes, com 1.418 casas, muitas delas distinguidas por eiras e beiras e até mesmo sem elas. A primeira tentativa de organização urbana ocorreu com a “Planta da Villa”, elaborada em 1818, por Silva Paulet. Já em 1823, Fortaleza seria elevada à condição de cidade, a que se nominou de *Cidade de Fortaleza de Nova Bragança*, tendo recuperado, entretanto, em seguida, pelas circunstâncias impositivas da fé, o topônimo que a identifica até hoje, como *Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção*. Em 1863, já eram 16 mil habitantes e, em 1872, 21.372. Em 1880, 25 bondes a tração animal circulavam pelas ruas da cidade. Ao tempo, as autoridades municipais, preocupadas com o movimentado trânsito, proibiram o tráfego de carros puxados por bois nas ruas calçadas, sob pena de multa aos infratores e oito dias de prisão... Flertávamos com o progresso cuja imagem civilizatória desembarcava, como diria Eça de Queiroz, referindo-se às polainas e colarinhos engomados de sua juventude, pelos paquetes vindos da *City*... No nosso caso, de Lisboa e Paris...

Circulavam, nessa quadra movimentada, de novidades e modernidades, alguns periódicos que fizeram história, entre outros jornais diários e semanais: o “*Diário do Governo do Ceará*”, “*O Colossal*”, “*O Jaguaribe*”, “*Pedro II*”, “*O Libertador*”, “*A Liberdade*”, “*O Co-*

libry”, “*O Aracaty*”, “*O Pão*”, da *Padaria Espiritual*, “*O Araripe*”, e “*O Cearense*”, este último de propriedade de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil. Em estudo cuidadoso o Barão de Studart refere que, entre os anos 1824 e 1898, 384 periódicos foram publicados em Fortaleza (5). A maior parte deles imprimia-se, por encomenda, em tipografias particulares, à exceção da primeira delas, instalada, como se sabe, sob o calor dos ideais confederados.

O primeiro prelo de que se tem notícia desembarcou em Fortaleza, vindo de Recife, em 1824, a pedido do Presidente Tristão Gonçalves de Alencar Araripe a correligionários pernambucanos. Chamada sucessivamente de Tipografia Nacional, Imprensa Nacional e finalmente Tipografia Nacional do Ceará. Em 1824, a primeira tipografia cearense publicaria o “*Diário do Governo do Ceará*”, órgão da Confederação do Equador. Em 1892, surgiria a Tipografia Minerva, do livreiro Guálter Rodrigues da Silva, vendida, pouco depois, a Francisco de Assis Bezerra de Menezes. De Theotônio Esteves de Almeida era a tipografia na qual vários jornais, alguns deles dirigidos por João Câmara, foram editados. Outras mais – além da Tipografia Cearense, da Tipografia da República, e da Tipografia Universal -- constituíam o parque gráfico de onde saíam jornais, folhetos, almanaques e livros nesse período (6).

Das livrarias que surgiram por esse tempo, a mais antiga delas, segundo registros e pesquisas conhecidos, conforme refere Ozângela de Arruda Silva, em “*Pelas Rotas dos Livros*”, era propriamente um pequeno espaço de livros em uma “loja de diversos”, a Loja Nova, de Manoel Antônio da Rocha Júnior. Já entre “a década de 1870 e a 1890, o número de livrarias em funcionamento dobrou” (7). Eram quatro: a Livraria de Joaquim José de Oliveira & Cia., a Libro-papelaria de Gualter R. Silva, a Livraria de Satyro Verçosa e a Livraria Evangélica, de Lacy Wardlaw. Era comum na atividade livreira a prática de compras antecipadas, por encomenda, ditas “por assinaturas”.

O Instituto do Ceará e as instituições educacionais no século XIX

Das instituições de ensino que funcionavam em Fortaleza, no período que medeia os anos de 1839 e 1894, quatro devem ser arroladas por sua importância e representatividade educacional e cultural. O *Liceu do Ceará*, em 1845, este sob a direção de Thomaz Pompeu de Souza

Brasil, senador do Império, cujas aulas eram ministradas nas residências dos professores, até 1894, quando foi inaugurada a sede própria, no governo do Coronel Bizerril; o *Seminário da Prainha*, fundado em 1864, a *Escola Normal*, em 1884; a *Escola Militar do Ceará*, em 1889. Mencione-se, ainda, dentre instituições culturais públicas, a *Biblioteca Pública Provincial*, em 1867.

Este era o cenário cultural vislumbrado, da segunda década de 1800 até o início dos anos 1900, quando seriam criados o Instituto do Ceará e a Academia Cearense de Letras, impulsionados por movimentos sociais e políticos que anunciavam o fim do II Império e o advento da República.

As primeiras faculdades cearenses só surgiram nos noventa. A Faculdade Livre de Direito, em 1903; a Faculdade Livre de Farmácia e Odontologia em 1916, a Escola de Agronomia do Ceará, em 1918. Com a criação da Universidade do Ceará, em 1954, graças ao mecenato de Antônio Martins Filho, passariam a integrar a sua estrutura da primeira universidade cearense.

Os ideais positivistas e republicanos nascidos com a revolução francesa, sobreviventes às campanhas napoleônicas das conquistas e à Restauração, projetaram-se, tangidos pelos ventos do Iluminismo e do Enciclopédismo, na rebeldia da Confederação do Equador e de seus heróicos confederados. O abolicionismo ganhou força nas vozes poderosas de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Tobias Barreto e Castro Alves; e dos cearenses José Amaral, Francisco José do Nascimento (o “Dragão do Mar”), Antônio Theodorico da Costa, Antônio Cruz Saldanha.

Fundado três anos após a abolição da escravatura no Ceará, o Instituto do Ceará recebeu forte influência dos ideais abolicionistas e de muitos de seus intérpretes, dominados os mais inflamados pelos impulsos da retórica, “posição própria de um liberalismo conservador” que influenciou fortemente, durante o Abolicionismo, parte da sociedade cearense, associações políticas e a maçonaria (8). Não surpreende, assim, que os primeiros números da Revista, como registra João Alfredo Montenegro, ocupem-se prioritariamente do movimento libertador”(9).

Dos pais fundadores, que eram doze, valha lembrar alguns deles, por sua projeção intelectual e pelo zelo que alimentavam pelo Ceará: Guilherme Studart (o Barão de Studart), Paulino Nogueira, José Sombra, João Augusto, Joaquim Catunda e Antônio Bezerra. E dos quantos presidiram a Ilustre Companhia por aqueles tempos longínquos mencionem-se dois de-

les, ambos da distinguida estirpe dos Sousa Brasil, tio e sobrinho: Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho.

Dois momentos decisivos marcam o processo de fixação do objeto e da destinação da missão que se impôs o Instituto, ou que lhe deram origem e consolidaram o seu projeto: a construção de um acervo de registros e notas, de cujo esforço resultou vasta documentação sobre a história do Ceará e a sistematização das fontes primárias e da gestão e pesquisa documental. Não há, entretanto, como ignorar houvesse predominado, nesses começos laboriosos, forte inclinação “coleccionista”, referida por João Alfredo Montenegro, “segundo diretriz metodológica/epistemológica, caracteristicamente superficial, estribada numa técnica de espelhamento[...] praticamente efetuando uma operação de cópia...”(10)

Coube ao doutor Guilherme Studart, o *Barão de Studart*, fazer de sua inclinação pelos segredos da História tarefa disciplinada de coleta material exaustiva, de reconhecimento, descrição e representação documentais. E o fez com tamanho desvelo e rigor que lhe ficam os estudiosos a dever o rico espólio de informações que nos chegou afortunadamente às mãos.

Pedro Alberto de Oliveira Silva, brilhante pesquisador de formação acadêmica, deu sequência à primeira parte do “Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará”, elaborado por José Honório Rodrigues (do tomo I, 1887 ao LXVIII, 1954), complementando-a com os períodos seguintes (do tomo LXIX, 1955 ao CXI, 1997; e do tomo CXII, 1998 ao CXXII, 2008).

O “Índice Anotado” constitui ferramenta de referência documental imprescindível ao trabalho de nossos historiadores para conhecimento dos acervos documentais e da rica contribuição que se lhes seguiu. Nestes registros foi incluída grande parte do acervo documental do Barão de Studart, publicada nas edições de 1967, 1968 e 1969 (tomos LXXXI, LXXXII e LXXXIII) da *Revista*, (11). Raimundo Girão levou a termo outra versão do “Índice Anotado”, referente ao período 1887 a 1954, em ordem alfabética direta por Autor e assunto. Guilherme Studart fizera publicar em 1892, em Lisboa, a “Relação dos Manuscritos Originais” de seu acervo particular, parte do qual se perderia.

A essa árdua etapa de arqueologia de assentamentos esquecidos, busca de termos recolhidos e descobertas insuspeitadas, seguiram-se, anos passados, as primeiras pesquisas de acervos extraídos de arquivos improváveis, e a expansão da produção historiográfica do Instituto: esse momento corresponde ao Projeto de Estudos elaborado por Thomaz Pompeu

Sobrinho que haveria de servir de fundamento e apoio aos pesquisadores e historiadores do Ceará, muitos dentre tantos sócios desta Casa: *Carlos Studart Filho, Eusébio de Sousa, Joaquim Alves, Raimundo Girão, Djacir Menezes, Mozart Soriano Aderaldo, José Bonifácio de Sousa, Florival Seraine, Renato Braga, José Aurélio Saraiva Câmara, Abelardo Montenegro, Francisco Alves de Andrade, Geraldo da Silva Nobre, Joaryvar Macedo, Eduardo Campos e Marcelo Linhares*, para reverenciar alguns dos que partiram...

Deste projeto ocupei-me em artigo publicado pela Revista e, persisti, mais recentemente, na fixação de sugestões constantes de texto de um projeto editorial, que não chegou, entretanto, a termo.⁽¹²⁾ Como parecia a Thomaz Pompeu Sobrinho, inclino-me, embora sem o arrimo de sua autoridade, em favor de um plano de pesquisa e estudos que contemple os aspectos mais relevantes da formação econômica, social e política do Ceará e das circunstâncias geográficas e físicas que a emolduram, no amplo descortino que perspectiva a História nos pode oferecer. Thomaz Pompeu Sobrinho tinha como referência de trabalho a necessidade do mapeamento de temas e tópicos que cobrissem aspectos essenciais de nossa História, aos quais os pesquisadores deveriam lançar o crivo de sua atenção.

Retorno ao *Barão* para destacar algumas passagens que trazem o registro pessoal de seu empenho de pesquisador e documentalista. Em “*Datas e Fatos para a História do Ceará*”, Volume I, explica os cuidados seguidos nas tarefas executadas: “A certas datas ajuntei os respectivos documentos, ora para corroborar afirmações minhas, ora para consignar costumes e usanças, ora para firmar datas memoráveis do nosso passado.”⁽¹³⁾ Na apresentação que faz ao “*Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*”, o Barão dá-nos uma aula de método e de disciplina com a aplicação de quem fez da pesquisa documental o esteio de todo o seu trabalho de historiador: “Dediquei-me à pesquisa sistemática dos fatos na sua origem por assim dizer puramente material, que constituem em metodologia o alicerce de toda investigação científica. Forneço fatos e dados e os constato, relembro aspectos e caracteres, formas, tonalidades, faço uma sementeira da reminiscência, junto o disperso, fixo o flutuante, prendo o erradio ou fugitivo, integro coisas movediças e desassociadas, aponto para a imitação exemplos de honradez e civismo” ⁽¹⁴⁾.

* * *

É nesta Casa respeitável que Antônio Cláudio Ferreira Lima instala-se como membro efetivo, convocado por calorosa manifestação de seus sócios. Acolhemos, hoje, a figura exemplar do estudioso das árduas questões que a economia dos homens e do Estado nos impõem.

Em seu discreto manifesto, quando do lançamento de seu nome à vaga que passará a ocupar, Cláudio Ferreira Lima refere-se ao economista indiano, *Amartya Sen*, Prêmio Nobel de 1998, (autor, dentre outros livros, de “*Economia da Desigualdade*”, “*Desenvolvimento como Liberdade*”, “*Pobreza e Fome*” e “*Sobre a Ética da Economia*”) de quem extrai observação arguta sobre desenvolvimento econômico e as liberdades reais que as pessoas desfrutam. Essa citação que agora reproduzo serve para fixar traços da formação acadêmica e cultural de Cláudio Ferreira Lima e de valores éticos e morais que bem delineiam a sua personalidade e o caráter. Sendo economista, não se deixou aprisionar, entretanto, pela visão que faz de muitos de sua distinguida grei profissional medianeiros da observação fria do real, quando não intérpretes de teorias que transformaram a ciência econômica, sob muitos aspectos, em aparelho dos controles de governo do Estado. Aos cordões das políticas macroeconômicas que transmitem aos atores do governo poderes insuspeitados, Cláudio Ferreira Lima contrapõe a importância dos fins, trazendo a ideia de Amartya Sen, para quem “o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. E chama a atenção para os fins “que o tornam mais importante, em vez de restringi-la a alguns meios” (15).

Economista de formação pela Universidade Federal do Ceará (1971), Cláudio Ferreira Lima especializou-se em áreas afins e em domínios aplicados, como Planejamento e Análise de Projetos.

Colaborou com projetos a cargo de vários Ministérios do Governo, entre eles o Ministério das Relações Exteriores e Congresso Nacional, como consultor, do IPEA, e da SUDENE. Integrou o Núcleo Central da “Comissão Especial Mista” do Congresso Nacional, destinada ao estudo do “Desequilíbrio Econômico Regional. Foi Chefe da Assessoria Parlamentar da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, em 1994. Na esfera pública estadual, no Governo do Ceará, exerceu atribuições e funções destacadas: Presidente do Instituto de Planejamento do Estado do Ceará – IPLANCE --, em 1991; Secretário de Planejamento e Coordenação do Estado – SEPLAN --, em 1995; exerce, atualmente, as funções de Secretário-adjunto da Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Ceará – SDE.

Destaco alguns dos títulos de livros de sua autoria: “*A Questão Regional na Constituição Brasileira*” (organizador), “*A Crise do Petróleo, o Proálcool e o BNB, Gestão Compartilhada: o Pacto do Ceará*” (coautor), “*Reforma do Estado e outros estudos*”, publicado pela Fundação Konrad Adenauer, em colaboração, 2004, “*A Construção do Ceará: temas de História Econômica, 2008*, e “*Centro Industrial do Ceará–CIC: 95 anos pelo desenvolvimento da indústria do Ceará*”, 2015.

Colaborador e membro do Conselho Editorial do jornal O POVO, integrante de instituições e associações de classe. E mais poderia ser dito em arrimo de sua trajetória como economista, homem público e intelectual. Estudioso do Ceará, de sua formação econômica, de seus desafios sociais seculares, como pesquisador dedicado e analista atento, Cláudio Ferreira Lima associa dotes de técnico e planejador à sensibilidade de observador cuidadoso que não se satisfaz com as evidências colhidas pelo trato superficial das questões maiores que permeiam conclusões provisórias e por isso mesmo perversas.

Nesta Casa, Cláudio Ferreira Lima preencherá a vaga deixada por outro economista de formação heterodoxa nesse campo de certezas fugazes da Ciência Econômica, por graça da influência de seus pendores intelectuais que dele fizeram uma inteligência sensível às questões sociais e políticas, viés humanista que empresta ao economista visão clara, de largo espectro, do mundo em que vivemos. Refiro-me a Antônio Nilson Craveiro Holanda, estudioso abnegado das questões do Nordeste brasileiro e do Ceará, presidente do Banco do Nordeste, instituição a que serviu a vida inteira e à qual consagrou o melhor de suas competências e habilidades.

Dr. Cláudio Ferreira Lima:

Seja bem-vindo entre nós. O Instituto do Ceará o acolhe, dominado pela alegria da chegada de quem era justamente esperado.

Bibliografia

- 1 Victor Katz – “A History of Mathematics”, Addison-Wesley, 2009, pág. 76
- 2 Abbé Henri-Baptiste Grégoire -- “Rapport sur la necessite et les moyens “d’anéantir le patois et d’universaliser l’usage de la langue française”, Convention Nationale, Paris, 1794.
- 3 João Alfredo de Sousa Montenegro – “Historiografia do Instituto do Ceará”, Imprensa Universitária, UFC, Fortaleza, 2003, pág. 24.
- 4 Charles Morazé – “Les bourgeois Conquérannts”, Vol. II, Armand Colin, Paris, 1957, pág. 265.
- 5 Rafaela Gomes de Lima – “Impressão de livros na Fortaleza Oitocentista”, VI Simpósio Nacional de História Cultural, Porto Alegre, 2004; Portal Arquivo Nirez – Cronologia.
- 6 Paula Virgínia Pinheiro Batista – “História do Ceará Colecionada no Arquivo Privado de Guilherme Studart”, XXVI Simpósio Nacional de História, USP, 2011
- 7 Ozângela de Arruda Silva – “Pelos Rotas dos livros”, “Prêmio Guilherme Studart”, SECULT, Fortaleza, 2011, pág. 36
- 8,9, 10 João Alfredo de Sousa Montenegro, op.cit. pág. 35.
- 11 José Honório Rodrigues e Pedro Alberto de Oliveira Silva – “Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará”, (1887/1954, 1955 a 1997 e 1998 a 2008), Fortaleza.
- 12 Paulo Elpídio de Menezes Neto – “A História do Ceará: Plano para a sua Elaboração”, in Revista do Instituto do Ceará, Tomo CV-Ano CV, 1991.
- 13 Guilherme Studart, “Datas e Fatos para a História do Ceará”, Fortaleza, 1896 e 1924.
- 14 _____ – “Diccionario Bio-Bibliographico Cearense”, ”Volume I, Typo-Lytographia a Vapor, Fortaleza, 1910, páginas I e II.
- 15 Cláudio Ferreira Lima, in “Memorial de Apresentação” ao Instituto do Ceará. 2015-11-13